

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 36ª Reunião Ordinária - 18/10/2019 – 9-13 h

INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
CATI / CDRS	Henrique Bellinaso André L. X. Macedo Barreto
CETESB	Maurício Magossi
DAAE Rio Claro	Márcio Afonso Brunini Frandi
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
INEVAT / CONIRP	Roberto Polga
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi Simone R. Oliveira
Jaguatibaia / PUC	Luiza Ishikawa Ferreira
PM de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan Raquel Schmidt
PM de Rio Claro	Miguel M. Milinski
SMA / CBRN	Natália Gomes Fernandes

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
CATI / CDRS	Denis Herisson da Silva
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini
COOTA	Patrícia Montebelo
Cooperativa Holambra	Petrus Weel (CT-PB)
DAE S/A Jundiá	Cláudia Debroi de Campos Maria Carolina H. D. Simões
INEVAT	Cláudia Grabher (Rio Grande Sul)
PM de Limeira	Gabriela Alves Ribeiro
PM de Salto	Carlos M. do Nascimento Faria Gabrielle R. de Oliveira
PM de Toledo	Damião Aparecido do Couto
SANASA	Ana Lúcia F. R. Vieira
SR de Limeira	Nilton Piccin
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi
TNC	Henrique Bracale
UNESP / IGCE	Gilda Carneiro Ferreira

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
PM de Piracicaba	Evelise Moda
ESALQ / USP	Horst Bremer Neto

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Abertura da 36ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta):

Após o *Welcome Coffee*, o coordenador Sr. Henrique Bellinaso (CDRS/SAA) fez a abertura da 36ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais às 9:40h e deu as boas vindas aos presentes. Os convidados foram apresentados pelo coordenador e os demais membros fizeram suas próprias apresentações aos presentes. O Secretário João Demarchi (IZ/APTA/SAA) comentou sobre o cancelamento do item de pauta número 5 em função de problemas com a agenda dos representantes da SOS Mata Atlântica, bem como a realização do 1º Dia do Ovo no IZ de forma simultânea a reunião do GT-Mananciais, convidando todos os presentes a consumirem os produtos oferecidos no restaurante no IZ após o final da reunião. A CT-ID e a CT-PB também estão realizando suas respectivas reuniões ordinárias no mesmo dia e horário. Esses conflitos de horário estão sendo discutidos pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ;

2. Secretaria - Informes Gerais (item 2 da pauta):

O Sr. João Demarchi, secretário do GT colocou em discussão as duas minutas de atas enviadas por e-mail, sendo as duas aprovadas por unanimidade e sem abstenções. Apenas a Profa. Luiza corrigiu a sua instituição, já que está representando a ONG Jaguatibaia e não a PUC Campinas na CT-RN e no GT-Mananciais. **Informes: (2.1) Dissertação de Mestrado** do Renato Atanzio (Fundação O Boticário) sobre a Política de Mananciais PCJ com um viés para o PSA. Cópia em pdf enviada para todos os membros do GT-Mananciais; **(2.2) Política Nacional de PSA:** A Rede Oásis tem enviado informações sobre o acompanhamento da aprovação dessa nova lei no âmbito da Câmara dos Deputados e no Senado enviando informações sobre pontos positivos e negativos **(2.3) Extensão Rural 4.0;**

3. Plano de Trabalho do GT-Mananciais (item 3 da pauta):

O Sr. João Demarchi apresentou novamente a atualização do Plano de Trabalho, ficando aprovado a seguinte série de ações previstas: **Ação A** - Condução das atividades do Grupo de Trabalho Reuniões mensais; atas das reuniões com aprovação dos membros; atualização dos membros e da coordenação; **Produtos Esperados:** discussão e aprovação de projetos; **Prazo para execução:** Contínuo - 24 meses (fazendo-se as alterações necessárias e a análise dos projetos enviados para captação de recursos); **Ação B** - Acompanhamento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 36ª Reunião Ordinária - 18/10/2019 – 9-13 h

INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

de projetos em andamento e do projetos em processo de licitação; Relatórios confeccionados com análise do andamento dos projetos e utilização dessa experiência para melhorias na Política de Mananciais; Contínuo - 24 meses (até todos os projetos serem considerados aprovados e ou encerrados); **Ação C** - Integração: Evento Inter GT (organização das ações desenvolvidas nos três grupos de trabalho de forma integradas com a CT-RN, CT-Rural, CT-EA e CT-ID). Aproveitar as reuniões de coordenadores de câmaras técnicas reativado; Pode ser aproveitada uma reunião já prevista da CT-RN ou de um dos GTs para integrar os demais grupos e câmaras técnicas. Podem ser agregadas ações de outras câmaras técnicas, como a CT-OL, CT-AS e ou CT-SAM; Reuniões, oficinas ou workshops anuais; 2 meses; **Ação D** - Elaborar um Resumo Executivo da Política de Mananciais com viés para enfrentamento das mudanças climáticas visando melhorar a comunicação e divulgação, além de tentar o engajamento de jovens na Política de Mananciais / Comitês de Bacias PCJ; Resumo Executivo / Folder atualizado da Política com essa temática; 4 meses; **Ação E** - Elaboração de Edital para apresentação de projetos para os Programas 1 e 2 pelos municípios interessados ou priorizados pela Política de Mananciais Anual - Fomento e comunicação das ações desenvolvidas pela Política de Mananciais; Edital / TR - Aprovação março; Edital abril lançamento; Inscrições maio a julho; Workshop em maio (item F). Avaliação dos projetos agosto setembro. Aprovação CTs outubro. Aprovação CT-PL novembro. Plenária - dezembro; Anual - 10 meses para cada edital; **Ação F** - Realização de Workshop integrado com o lançamento dos editais da política para os programas I e II / Seminário Mudanças Climáticas Portfólio/Cases para possíveis investidores; Workshop ou seminário realizado (com divulgação da Política, Incremento da sua qualidade e ou atualizações e Documento Relatório Síntese do evento). Outras formas de registro e difusão. Folder sobre a Política deve ser atualizado.; 3 meses Maio 2020 (II) - 3 meses Maio 2021 (III); **Ação G** - Revisão dos Programas I e II Verificar se há ajustes a serem feitos - Objetos para melhoria: Plano de Sustentabilidade; Priorização por ACs; Incorporação dos mananciais nas planilhas de custo das concessionárias, inclusão do programa V, etc; Política de Mananciais

revisada e a publicação da Deliberação em DO, 12 meses;

4. Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais de Piracicaba (item 4 da pauta):

O Sra. Evelise Moda (PM de Piracicaba) fez uma apresentação sobre essa política de PSA, destacando-se: o nome do programa é Preservando o Futuro, com coordenação e equipe técnica da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA), Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE), Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA), Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), com colaboração da Coordenadoria do Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) – CATI, Cooperativa dos Plantadores de Cana – COPLACANA, Câmara Municipal de Vereadores e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER. A fundamentação técnica está baseada no Plano Municipal de Recursos Hídricos para preservação e aumento do potencial hídrico das bacias hidrográficas e a criação de um Programa Municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais. Foram definidas quatro bacias hidrográficas prioritárias para segurança hídrica do município de Piracicaba. Ribeirão dos Marins com 2 pontos de captação, Ribeirão Congonhal com 6 pontos de captação, Córrego Tamandupá com 10 pontos de captação e Ribeirão do Paredão Vermelho. A **Lei 8013/2014** institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais em Piracicaba e prevê, de forma similar À Política de Mananciais PCJ a conservação e ou manejo de remanescentes florestais, a recuperação de matas ciliares e implantação de vegetação nativa para a proteção de nascentes e recursos hídricos, a conservação do solo, em especial ações que reduzam processos erosivos e promovam infiltração hídrica e o saneamento básico rural, com coleta e destinação correta das águas servidas. O Decreto Municipal 17.218/2017 definiu as áreas prioritárias para execução do programa de PSA nas Microbacias do Ribeirão dos Marins, Congonhal, Paredão Vermelho e Córrego Tamandupá. Esse Decreto ainda definiu as ações de I - implementação do saneamento básico na propriedade rural, com coleta e destinação correta de águas servidas (águas negras e cinzas) e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos produzidos na propriedade; II Adoção de práticas conservacionistas do solo, a fim de evitar e conter

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 36ª Reunião Ordinária - 18/10/2019 – 9-13 h

INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

processos erosivos e melhorar a infiltração de água no solo, III implantação, recuperação e manutenção de vegetação nas Áreas de Preservação Permanente e nos maciços florestais da propriedade. Os valores utilizados são de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por propriedade para saneamento básico, R\$ 150,00 (cento e cinquenta) REAIS por hectare para práticas conservacionistas e R\$ 700,00 (setecentos reais) por hectare de APP ou remanescente de vegetação nativa existente/implementada na propriedade (Implantação, recuperação e manutenção de vegetação). Como resultado já existem 20 propriedades cadastradas, 12 projetos aprovados, 315,75 hectares abrangidos, sendo 9 propriedades no Ribeirão dos Marins, duas entre esta bacia e a do Congonhal e uma integralmente na microbacia do Congonhal. Como critério de priorização foram definidos os seguintes critérios: Microbacia em ordem de importância decrescente para Marins (alto, médio e baixo), Congonhal, Tamandupá e Paredão Vermelho, se é com agricultura familiar ou não, o módulo fiscal (menor é prioritário) e a ordem do protocolo. O PIP da Política de Mananciais é o PAI (Projeto Ambiental Individual) neste projeto de Piracicaba. Com relação a restauração florestal são desafios as dificuldades na manutenção inicial dos reflorestamentos (econômica, mão de obra, pragas): menor pagamento de mudas, necessidade de cercamento em áreas de pastagem e necessidade de ligação entre os diversos fragmentos florestais, formando corredores da biodiversidade. Com relação ao manejo de solos são pontos críticos os cultivos em desnível e necessidade de maior número de terraços – evitar processos erosivos, as áreas com pastejo intensivo, a necessidade de áreas para captação de águas pluviais dentro da propriedade e a adoção de boas práticas para a conservação de solos (cobertura morta, plantio direto, altura de pastejo, rotação de culturas). Para 2019 são esperados mais 17 propriedades cadastradas, inclusão de novos 5 projetos e a ampliação da abrangência do projeto na microbacia dos Marins (09 + 01), 02 na divisa do Marins com o Congonhal, que passa a ganhar mais 3 propriedades na sua área de abrangência e a primeira na microbacia do Paredão Vermelho. Outras iniciativas no âmbito do PSA são: **EDITAL PCJ 2018-2019**, Recurso captado: R\$ 915.000,00 para Recomposição Florestal e cercamento de 10 propriedades na Microbacia do Ribeirão

dos Marins – SEMA; **CONVÊNIO MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE** - Proposta SICONV 031557/2018 – SEDEMA - Implantação, recuperação e manutenção de áreas verdes e de preservação permanente de 100.000 m2 da Sub-bacia do Ribeirão Corumbataí (Córrego Tamandupá): 06 propriedades com plantio de 16.000 mudas, Recurso: R\$ 471.523,81 - Antonio Carlos Mendes Thame; **5. Termo de Parceria da Agência de Bacias PCJ com a SOS Mata Atlântica – Aprendizados e Desafios (item 5 da pauta):** O Sr. João Demarchi justificou o cancelamento desse item de pauta pela ausência justificada dos representantes da SOS Mata Atlântica. Esse item voltará a ser discutido nas próximas reuniões do GT-Mananciais; **6. Palavra aberta / Outros Assuntos:** A Sra. Meire (PM de Limeira) trouxe um assunto que tem incomodado bastante os municípios que obtiveram aprovação de seus projetos no Programa II da Política de Mananciais é a não liberação dos recursos para pagamento de PSA para os produtores rurais, o que tem provocado descontentamento e descrédito por parte dos produtores, tanto em Limeira quanto em Piracicaba e Piracaia. Sugere-se o encaminhamento de um ofício para a Agência de Bacias PCJ solicitando celeridade no processo, mesmo cientes das inúmeras trocas de comando na CEF que tem atrapalhado sobremaneira as negociações; O Sr. Luiz Sertório (FF) comentou sobre um estudo da construção de um barramento na região da Bacia do Corumbataí e os possíveis impactos dessa obra no planejamento dessa região; **Plantio de árvores frutíferas na restauração florestal:** O Engenheiro Agrônomo Dr. Horst Bremer Neto fez uma breve apresentação sobre seu projeto de pesquisa com introdução de frutíferas nativas em áreas de restauração, destacando-se as seguintes espécies: cambuci, uvaia, grumixama e cereja do rio grande. Resumo do Projeto: O Bioma Mata Atlântica no Brasil reúne grande diversidade, apesar de considerável parte ter sido destruída pela ocupação por áreas de pastagens e monoculturas. As frutíferas nativas deste bioma são subexploradas economicamente, predominando-se o extrativismo por populações locais, sendo sua produção comercializada de forma rudimentar. A carência de informações científicas sobre as espécies deste bioma, aliada a falta de tecnologias adequadas à conservação *in natura* e processamento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 36ª Reunião Ordinária - 18/10/2019 – 9-13 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

colocam em risco a exploração do seu potencial comercial e de consumo. Frutas nativas da Mata Atlântica como o Cambuci (*Campomanesia phaea* O. Berg), a uvaia (*Eugenia brasiliensis* Lam.), embora pouco estudadas, apresentam grande potencial funcional e sensorial que podem ser explorados, especialmente em pequenas propriedades, com atividade relacionada à agricultura familiar, a qual exige diversificação de produtos. A caracterização destes frutos é a primeira parte para entender o seu desempenho pós-colheita e para avaliar a sua aptidão para o consumo *in natura* ou industrialização. Por outro lado, investigações acerca da caracterização genética dos indivíduos e de populações são muito importantes visando obter conhecimentos sobre a diversidade genética e traçar estratégias de exploração e de conservação *in situ* deste germoplasma. Finalmente, o desenvolvimento de tecnologias de conservação é fundamental para a minimização das perdas e para o oferecimento de produto de qualidade, que atenda as expectativas do consumidor. O presente trabalho objetiva caracterizar frutos da Mata Atlântica (Cambuci, uvaia, cereja-do-rio grande e grumixama) quanto à diversidade genética dos acessos, valor funcional e aspectos físicos e químicos dos frutos, bem como estudar técnicas de multiplicação (produção de mudas) e tecnologias de conservação nas formas *in natura* e processada com o intuito de viabilizar a exploração comercial destas frutíferas; **9. Encerramento:** O Sr. Henrique Bellinaso (CDRS), coordenador do GT-Mananciais, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 13h, desejando a todos um bom retorno.

Meire Menezes Bassan

Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

Henrique Bellinaso

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN